

EDITORIAL

Os vieses da promoção da saúde e sua pluralidade social: será que evoluímos?

Inicialmente, para falarmos de promoção da saúde, devemos ter claro a definição de saúde e doença, bem como entender as reais dimensões em que estas estão inseridas. Fácil seria avaliarmos essas conceituações como sendo “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente ausência de afecções e enfermidades”, descrito pela Organização Mundial de Saúde e ainda, em consonância, não poderíamos deixar de citar o Art. 196 da Constituição Federal de 1988, assegurando que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Para tanto, a atual conjuntura nos faz refletir acerca de tais definições, e nos remete a inúmeros episódios marcados por crises tanto econômicas quanto humanitárias; um contexto político dividido e que promove desigualdades, intolerância, redefinições de valores e princípios trazendo à tona o quanto a sociedade está doente, tanto em âmbito pessoal quanto profissional, e isto reforçamos principalmente entre as equipes de saúde. Como um profissional doente promove a saúde de uma sociedade também doente? Seria isso possível? Sem mencionar questões como o atendimento a públicos-alvo, por exemplo, comunidade surda, pessoas com alterações parciais ou totais da visão, indivíduos com necessidades físicas, transgêneros e tantas outras pessoas, que em sua maioria necessitam de um atendimento e promoção de saúde adequados à sua condição e não são sequer inseridos neste conjunto por não contarmos com uma equipe capacitada para tal.

É sabido de toda nossa trajetória de lutas para conseguirmos os avanços relacionados à saúde pública e à promoção da saúde no Brasil, onde de forma sucinta mencionamos as cartas e acordos internacionais (Ottawa, 1986); a V Conferência Internacional de Promoção da Saúde (México, 2000) - e foram vários os avanços, porém, em se tratando de promoção de saúde, a impressão é que estagnamos em estratégias, participação social, comprometimento governamental e implementações políticas por contarmos com um agravante, que é nossa estrutura administrativa altamente burocrática com a produção e condução de iniciativas transversais preocupadas meramente no repasse orçamentário, não se importando com os reais problemas de vulnerabilidade social nos quais a população, de modo geral, está inserida.

Desta forma, constatamos grande progresso em relação à promoção de saúde no Brasil, porém, ainda há necessidade de muito apoio no que tange às políticas públicas, ciência e tecnologia para de fato atuarmos nas problemáticas referidas entre trabalhadores e sociedade a fim de que a promoção da saúde seja um educar para a autonomia como o construído por Paulo Freire.



Gabriela Souza Faria

Fisioterapeuta – Faculdade de Talentos Humanos
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Fisioterapia - UFTM